

TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL RURAL MEDIANTE A RACIONALIDADE CAPITALISTA NO PROCESSO PRODUTIVO AGRÍCOLA

TRANSFORMATION SOCIOESPATIAL RURAL PAR LA RATIONALITÉ CAPITALISTE DANS LE PROCESSUS PRODUCTIF AGRICOLE

Ideni Terezinha Antonello

Prof.^a Dr.^a do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina
antonello@uel.br

Resumo

A reorganização socioespacial rural, no Brasil, assume a forma de “completude-incompleta”, uma vez que se desenvolve mediante o processo de modernização fragmentada e desigual no espaço rural. O escopo deste trabalho é averiguar a materialização do padrão atual de reestruturação produtiva da agropecuária brasileira, para perscrutar as transformações na organização do espaço rural com a territorialização do capital e as alterações no perfil do mercado de trabalho rural. Os resultados da pesquisa evidenciaram que o redimensionamento do perfil do mercado de trabalho atinge diretamente as estruturas sociais rurais acarretando problemas socioeconômicos que abrangem a população economicamente ativa agrícola, no momento em que a modernização da base técnica produtiva torna esses trabalhadores desnecessários. Tal fato redundando no movimento populacional em direção ao espaço urbano, o qual tem ligação estreita com a exigüidade das possibilidades apresentadas pelo mercado de trabalho no espaço rural, por conseguinte, aprofundam-se as sequelas sociais nas cidades e no campo, desencadeando-se uma reorganização socioespacial.

Palavras-chave: Transformação socioespacial rural, Modernização, Mercado de trabalho.

Résumé

La réorganisation sociospatiale rurale au Brésil assume la forme de "complet- incomplet", une fois que est développé moyennant un processus de modernisation fragmentée et inégal dans l'espace rural. L'objectif de la recherche est découvrir la matérialisation du modèle courant de la restructuration productive de l'agriculture brésilienne, pour faire une sondage approfondi sur les transformations dans l'organisation de l'espace rural avec la territorialisation du capital et les modifications dans le profil du marché du travail rural. Les résultats de la recherche ont montré que la mise à l'échelle du profil du marché du travail influe directement sur les structures sociales en milieu rural menant à des

problèmes socio-économiques couvrant la population économiquement active dans l'agriculture, pendent que la modernisation technique de production qui rend ces travailleurs inutiles. Ce fait conduit à des mouvements de population vers l'espace urbain, qui a des liens étroits avec la rareté des possibilités offertes par le marché du travail dans l'espace rural, par conséquent, d'approfondir les séquelles sociales dans les villes et les campagnes, induisant ainsi une réorganisation sociospatial.

Mots-clé: Transformation sociospatial rural, Modernisation, Marché du travail.

Introdução

O intuito deste artigo é realizar uma reflexão sobre o processo de disseminação da racionalidade capitalista na produção agropecuária, uma vez que à medida que o modelo de desenvolvimento econômico se desdobra no espaço rural, este é recriado em moldes capitalistas, no qual impera a modernização do processo produtivo com a territorialização do capital. É estabelecido um sistema baseado na atividade do trabalho como fim em si mesma, na alta produtividade da terra e do trabalho, na livre concorrência e no mercado global. O resultado é um espaço produzido e organizado com redes de comunicações (rodovias/ferrovias), sistemas de irrigação, canais entre outras técnicas, para perfeita adaptação e assimilação da produção agropecuária à lógica capitalista. Ao mesmo tempo, injetam-se os germes da transmutação da relação direta do homem com o trabalho para o trabalho como “profissão”.

A força de reorganização do espaço rural via racionalidade capitalista ganha intensidade com o avanço tecnológico, objetivado, sobretudo, na informática, nas telecomunicações, na microeletrônica, na engenharia genética e na biotecnologia. Contudo, o movimento de transformação socioespacial rural ou da materialização do modelo de desenvolvimento econômico segue a lógica intrínseca do capital, ou seja, ao mesmo tempo, que gera opulência, produz pobreza, na perpétua luta dos contrários, na qual se cristaliza o desenvolvimento geograficamente desigual. De um lado, nos países de capitalismo avançado ocorre a territorialização do capital, no espaço rural, mediante a força do conhecimento técnico/científico transsubstanciando a agricultura em uma atividade profissional. De outro lado, os agros inseridos em uma economia periférica

são caracterizados por uma territorialização do capital fragmentada e desigual no espaço rural. Isso provoca uma modernização incompleta da base produtiva agrícola e do próprio processo de transformação socioespacial. Por conseguinte, uma modernização incompleta “[...] carrega o paradoxo uma completude-incompleta, uma vivência híbrida e contraditória em que o próprio ser é culturalmente híbrido e aberto, com possibilidades, mas sem certeza de menores desigualdades” (MOREIRA, 2006, p. 3).

Nesse contexto, nos países de capitalismo periférico, como o Brasil, a modernização da agricultura assume a forma de “completude-incompleta”, uma vez que a reorganização socioespacial rural ocorre mediante o processo de modernização fragmentada e desigual no espaço rural. No caso brasileiro, esse processo se desenvolveu respaldado pelo fundo público, que não teve a preocupação de reestruturar e incorporar a grande maioria dos pequenos produtores familiares ao novo padrão moderno de produzir. No sentido que a penetração intensiva do capital no agro nacional ocorreu a partir de um processo desigual de modernização. Essa modernização impulsionava o desenvolvimento produtivo, no entanto, quanto mais avançava, mais se evidenciavam as contradições próprias do capitalismo. Prova de tais contradições é a formação de territorialidades desiguais do capital na produção agropecuária.

A reorganização socioespacial rural expressa territorialidades diferenciadas do capital. Assim sendo, existem unidades de produção operando à base de trabalho assalariado, sob uma base avançada de composição orgânica do capital, constituindo-se no sistema capitalista agrícola. Bem como existem as unidades obrando a base do trabalho familiar, com ajuda de trabalhadores contratados temporariamente (épocas de plantio e colheita), que, em sua maioria, apresentam um baixo nível de tecnificação.

Desde o início do processo de modernização da agricultura brasileira, que teve o seu desencadear na década de 1950/60, até a atualidade, a realidade produtiva se encontra em mudança em função do avanço tecnológico na base produtiva agrícola, pois a combinação das revoluções da informática e da biotecnologia (engenharia genética) resulta em um complexo tecnológico na agricultura que sedimenta o padrão assentado na lógica do capital industrial e financeiro. A reestruturação do processo produtivo das atividades agropecuárias brasileiras se vincula à inserção dos produtos nacionais no mercado internacional. Sendo tais produtos, principalmente, alimentos industrializados

ou semi-industrializados e grãos. Nesse sentido, o patamar de eficácia a ser atingido pelos produtores nacionais encontra-se no mercado externo, pautados pela busca constante de competitividade para se manterem no referido mercado.

A velocidade e a direção da reestruturação produtiva do agro passam a ser comandada pela dinâmica industrial, em função da cristalização da indústria a montante e a jusante das atividades agropecuárias, a primeira voltada para fornecer os insumos modernos (máquinas, sementes e agroquímicos), a segunda com a função de transformação dos produtos agropecuários via territorialização dos CAIs (Complexos Agroindustriais). Dessa forma, a partir da década de 1970, efetua-se a passagem do “complexo rural” para os “complexos agroindustriais” (GRAZIANO, 1996). Essa passagem dar-se mediante a desintegração do antigo modelo de organização socioespacial para o padrão assentado na lógica do capital industrial e financeiro, pois a reestruturação do processo organizativo do trabalho das atividades agropecuárias brasileiras se vincula a inserção dos produtos nacionais no mercado internacional.

As marcas desta transformação estão presentes na estrutura produtiva agrícola, a qual enfrenta alterações nas relações sociais de produção. Tais alterações são sinalizadas pela diminuição crescente e contínua de postos de trabalho essencialmente agrícola, além do conseqüente surgimento de atividades não agrícolas no espaço rural, contudo, em menor número e exigindo outro perfil dos trabalhadores. Percebe-se que, nesse movimento de reorganização socioespacial, faz-se presente o “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS; SILVEIRA, 2001), fruto do casamento entre os avanços tecnológicos e o capital.

Não obstante a visibilidade do meio técnico-científico-informacional no espaço rural brasileiro dar-se de forma fragmentada, visto que traz na sua disseminação a essência do antigo padrão de modernização agrícola – a desigualdade, forjando, indubitavelmente, o desenvolvimento geograficamente desigual do território nacional.

Nesse contexto, o escopo deste trabalho é averiguar a materialização do atual padrão de reestruturação produtiva da agropecuária brasileira, para perscrutar as transformações na organização do espaço rural com a territorialização do capital mediante as alterações no perfil do mercado de trabalho rural, portanto o recorte espacial da presente investigação é o espaço rural brasileiro e o temporal abarca o

período atual com o objetivo de apreender os desdobramentos socioespaciais desencadeados pelo o processo de modernização da agricultura brasileira. Particularmente, visa constatar de que forma se apresentam as possibilidades de geração de postos de trabalho com a nova formatação do mercado de trabalho no espaço rural e, assim, apreender as perspectivas de manutenção/ permanência da população nesse espaço. Para atingir o intuito da análise utilizou-se como procedimento metodológico, a revisão teórica sobre a temática e o levantamento de dados estatísticos de diferentes fontes nacionais e internacionais, bem como a consulta em pesquisas que apresentam dados e estudos de caso sobre as transformações da base tecnológica no processo produtivo do trabalho e seus impactos socioeconômicos e espaciais.

O movimento de reestruturação socioespacial rural

[...] o movimento está no território, como componente, determinante e resultado. Todos vivemos territorialidades múltiplas, identificados ou em trânsito. A negação do território ou da territorialização (o movimento) não está separada do território e contém territorialidades, relações de poder, redes em si mesmas. A unidade permanece (SAQUET, 2007, p. 161).

A territorialização do capital no espaço rural brasileiro é marcada pelo adentrar do processo de modernização da agricultura via tecnificação da base produtiva mediante a importação dos equipamentos de produção, principalmente, o maquinário agrícola. Esse processo iniciou-se na década de 1950/60. Contudo, o movimento de reestruturação produtiva, que fomentou a reorganização do espaço rural nacional, vincula-se a disseminação do modelo de desenvolvimento econômico fordista, oriundo dos Estados Unidos, no qual se alicerçou a industrialização brasileira.

Dessa forma, à medida que o modelo de desenvolvimento econômico, baseado no fordismo, desdobra-se no espaço mundial, este é produzido e organizado visando à alta produtividade humana do trabalho alienado, a livre concorrência e a sedimentação do mercado mundial. O resultado é um processo dinâmico de produção e reprodução do espaço com imensos projetos de desenvolvimento, materializado na construção de

infraestrutura produtiva e social de toda a ordem, conformando um espaço em mutação. Tal força de reestruturação espacial, colocada em ação por este modelo de desenvolvimento, expande-se pelo espaço nacional e internacional, seguindo a lógica de um desenvolvimento geograficamente desigual, pois “[...] a espacialidade capitalista é sempre geograficamente desigual no sentido de que os elementos particulares que a compõem nunca são, pelo menos ao combinar-se, distribuídos uniformemente sobre o espaço geográfico” (SOJA, 1988, p. 55).

A espacialidade capitalista assume a plena forma do padrão industrial americano nos países de capitalismo avançado, no entanto, este não é verdadeiro para os países periféricos, nos quais a espacialização da indústria deu-se como sombra do fordismo central. Entrementes, um grupo de países periféricos começou a convulsionar o seu espaço socioeconômico, via defesa da industrialização, realizando a passagem da especificidade produtiva agrária – exportadora, para a industrial. Esse processo é coordenado pelo capital internacional com respaldo dos Estados nacionais, o que proporcionou a ascensão desses países para a categoria de semiperiféricos. Pochmann coloca que:

O surgimento desse bloco de países semiperiféricos se deu a partir da combinação do forte esforço das elites internas com a oportunidade de ter o espaço geográfico nacional transformado pela concorrência das grandes empresas transnacionais [...]. A periferação da indústria ocorreu, em grande medida, sob a liderança do Estado (POCHMANN, 2001, p. 24).

Pode-se dizer que no momento em que a industrialização dos países periféricos apresenta-se como um molde do padrão central, este se ajusta à situação periférica dos mesmos, ou seja, a passagem para a categoria de semiperiféricos não altera a essência periférica desses países na mundialização do capital. Tal fato redundando na configuração de um modelo de desenvolvimento que tem a lógica de um “fordismo periférico”, “[...] no sentido de que, primeiramente, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, as estações de trabalho e as produções correspondentes aos níveis da fabricação e, principalmente, a engenharia, permanecem em ampla medida exteriores a esses países” (LIPIETZ, 1988, p. 97).

Observa-se que a expansão da indústria na periferia deu-se em países como: a África do Sul, os latino-americanos (Brasil, Argentina, México, Venezuela e Chile) e os do leste asiático (Coréia do Sul, Hong Kong, Cingapura e Taiwan). Entretanto, todos amarrados às teias das dívidas externas, adquiridas junto aos países de centro capitalista, para colocar em marcha à industrialização, conseqüentemente, a penetração do “fordismo periférico” proporcionou aos periféricos a internalização da industrialização, contudo, por meio do transplante de tecnologias dos países do centro.

Esse processo de periferização da indústria pode ser visualizado na seguinte estatística: os países periféricos aumentaram a sua participação na exportação de produtos manufaturados, de 5,8% para 17,9%, entre 1970 e 1998; os semiperiféricos, em 1970 participavam com 27,5%, chegando, em 1998, com um percentual de 52,4%. Entrementes, para deixar clara a sua condição de centro, os países de capitalismo avançado passam de 77,1%, em 1970, na pauta de exportação de produtos industrializados, para 85,6%, em 1998 (POCHMANN, 2001).

O resultado é a materialização de territorialidades diferenciadas do capital no espaço interno, no caso do Brasil configura-se uma divisão territorial interna do trabalho que segue a lógica internacional, ou seja, o centro personifica-se como detentor do capital e da tecnologia e a periferia, do trabalho.

É no contexto do processo de industrialização que se desencadeia o movimento de mudança do espaço rural brasileiro, com a intensificação do capital na base técnica produtiva, por meio da denominada “Revolução Verde”. Esta se desenvolveu a partir de um pacote tecnológico que promoveu a modernização da agricultura brasileira nos anos 1950/1960. Isso proporcionou a inserção da agricultura na dinâmica do mercado internacional, seja como geradora de produtos destinados à exportação e como fornecedora de matéria-prima para a agroindústria, seja como consumidora de insumos e equipamentos industriais. Por conseguinte, esse processo apresentou-se como um movimento de “apropriacionismo” industrial do processo de trabalho agrícola e a submissão da atividade agrícola à divisão internacional do trabalho. Pois a “Revolução Verde” ocorre “[...] através da difusão internacional das técnicas de pesquisa agrícola em torno de um conjunto compartilhado de práticas agrônomicas e de insumos industriais genéricos” (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990, p. 34). A inserção

brasileira na divisão internacional do trabalho ocorreu com a disseminação diferenciada do padrão moderno de produção agropecuário, uma vez que seguiu a trilha do modelo de desenvolvimento econômico fordista periférico.

A materialização desse modelo de desenvolvimento econômico reflete-se no padrão de modernização do agro nacional, o qual submeteu a agricultura a uma “modernização conservadora”. Esta é marcada pela união entre o capital industrial e os grandes proprietários de terra, sob o amparo do Estado. Falar em amparo estatal justifica-se já que o principal mecanismo colocado em prática para promover a “industrialização” do campo pautou-se na concessão de crédito subsidiado, voltado para a aplicação de insumos e a aquisição de implementos agrícolas. No referido processo a grande maioria dos pequenos produtores rurais foi excluída do modelo moderno de produção agropecuário, colocado em prática pela modernização da agricultura nacional.

Considera-se que a territorialidade do capital, na agricultura brasileira, encontra-se sedimentada mediante a presença da racionalidade capitalista nos empreendimentos agrícolas, isto é, o grande produtor rural nacional emerge como um empresário rural, cristalizado no agronegócio¹. Tal visão ancora-se, ainda, na presença do meio técnico-científico-informacional no espaço rural, o qual se efetiva mediante a incorporação de capital fixo e constante na base produtiva. As condições atuais de produção do empreendimento capitalista no agro nacional devem-se ao processo de modernização da agricultura. Por conseguinte, a territorialização do agronegócio mostra a sua força com a reestruturação da base técnica produtiva.

Essa reestruturação pauta-se nas revoluções da informática e da biotecnologia, as quais se concretizam com o aumento do trabalho morto em relação ao trabalho vivo, resultando na redução do trabalho humano nas atividades agrícolas². Assim, conforme avança a cientificização da agricultura aumenta a substituição, em larga escala, do trabalho vivo em prol do trabalho morto. Melhor dizendo, a presença marcante do capital constante na base produtiva agrícola leva o comprimir do trabalho humano, significando uma situação complexa para a grande maioria dos trabalhadores agrícolas, principalmente, para os trabalhadores temporários, que não possuem qualificação, mas apenas força física para colocar no mercado³. Assim, “Substitui o trabalho por

máquinas, mas encaminha uma parte dos trabalhadores para um trabalho cruel e transforma os outros em máquinas” (MARX, 1988, p.113).

A territorialização do capital promove uma alteração na constituição do mercado de trabalho no espaço rural, conseqüentemente na organização socioespacial rural. A reorganização socioespacial está sendo forjada pela dinâmica industrial, pois a oferta agrícola foi organizada em torno de cadeias especializadas de produtos, os Complexos Agroindustriais, ou direcionadas para corredores de exportação. Assim, a fazenda torna-se “fábrica-fazenda”, sendo assim, sua gestão e seu processo produtivo vinculam-se à incorporação de inovações tecnológicas, configurando a agricultura capitalista. Entretanto, a maturidade dos CAIs nacionais tem de ser apreendida levando em consideração o desenvolvimento geograficamente desigual que marca sua constituição e disseminação no espaço nacional.

Percebe-se que tais transformações colocam em movimento a reorganização socioespacial, marcada pela transitoriedade, visto que a produção e reprodução do espaço não se apresentam de forma acabada e fixa, mas envoltas na mobilidade do capital e na sua territorialização efêmera. Assim, a organização do espaço, moldada no vólcio da atividade humana, encontra-se em processo de reestruturação com a ascensão de uma nova organização produtiva do trabalho.

Nesse contexto, abarcar o processo de mudança que vem sofrendo o perfil do mercado de trabalho rural torna-se fundamental para compreender a mutação socioespacial rural. Particularmente, volta-se à atenção para a presença do crescimento de atividades não agrícolas. O referido fenômeno, não pode ser negligenciado pelos pesquisadores, particularmente, quando se sabe que tais atividades obtiveram uma ascensão de 5,90%, entre 1981 e 1990, no espaço rural nacional, enquanto as atividades essencialmente agrícolas cresceram 0,70% (GRAZIANO, 1996).

A preocupação de compreender esse fenômeno inquieta vários teóricos como Gros (1987), Pozo (1997), Weller (1997). No Brasil, tal discussão ganhou ênfase com Graziano (1996), que defende a ocorrência de uma “urbanização do campo brasileiro”, com o crescimento das ocupações não agrícolas. Por exemplo, ao trabalhar com a realidade paranaense, Del Grossi (1996) conclui que está se efetivando uma ampliação significativa de atividades ligadas a ramos não agrícolas⁴. A percepção dessa realidade

ganha respaldo no trabalho desenvolvido por Souza, quando este afirma que: “Esse espaço rural ganhou por assim dizer, novas funções e novos tipos de ocupações, emergindo um novo inter-relacionamento entre espaço rural e o urbano o qual permite um entrelaçamento de mercado de trabalho rural para atividades agrícolas e não agrícolas” (2000, p. 3).

No estudo realizado sobre a totalidade do espaço rural brasileiro, Del Grossi e Laurenti identificaram cinco ramos principais de ocupações não agrícolas praticadas pela população economicamente ativa residente no espaço rural nacional. São eles:

[...] os ramos da Prestação de Serviços, Indústria da Transformação, Comércio de Mercadorias, Social e da Indústria da Construção Civil são os mais proeminentes quanto a geração de ocupações não-agrícolas para a população residente no meio rural. Embora com dinâmicas diferentes, no conjunto tais ramos não-agrícolas proviam, em 1997, ocupação para cerca de 3,5 milhões de pessoas com residência no meio rural (DEL GROSSI e LAURENTI, 1999, p. 23).

A pesquisa desenvolvida sobre a presença de atividades não-agrícolas no espaço rural do estado do Rio Grande do Sul salienta que essas atividades constituem-se em um “verdadeiro alento” ao mercado de trabalho rural, ao apresentarem uma taxa de crescimento, entre 1996 e 1999, de 4,5% a.a. Conforme os autores:

Isso significou um aumento de 55 mil postos de trabalho na década de 90. Comparado ao desempenho da ocupação em atividades agrícolas, que perdeu 175 mil postos de trabalho, pode-se afirmar que o crescimento das atividades não-agrícolas contribui para minimizar impacto dessa redução ocupacional. (SCHNEIDER; RADOMSKY, 2004, p. 269)

Os pontos colocados demonstram que não é mais possível analisar o espaço rural apenas pautado no agrícola, no momento que se desenvolve um conjunto de atividades não voltadas simplesmente para o agropecuário, como a prestação de serviços, tendo ocupações como, por exemplo, o turismo rural ou ecológico, o comércio e a indústria. Essas ocupações estão se tornando premente para a população rural se manter no espaço rural. Entretanto, como marca de um modelo incompleto de modernização temos que:

O *velho* é recriado no *novo*, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. A continuidade se dá na não-mudança e na própria descontinuidade, que contém, em-si, elementos do momento e da *totalidade* anteriores. Com isso, o *velho* não é suprimido, eliminado, mas superado, permanecendo, parcialmente, no *novo* (SAQUET, 2007, p. 161, grifo do autor).

Nesse movimento de reorganização socioespacial rural é possível observar a presença de territorialidades diferenciadas, nas quais estão presentes tanto as relações existenciais (valor de uso), como as produtivas (valor de troca), contudo todas estão transpassadas pelas as relações de poder, pois:

Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. [...] O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159)

A territorialização desigual do capital no espaço rural forja o *novo* e recria o *velho*, presentes nas *novas funções* que o espaço rural assume, as quais projetam uma perspectiva de frear a migração rural/urbana, proporcionando uma renda extra-agrícola, principalmente, para famílias de pequenos proprietários que não conseguem auferir da sua produção agrícola uma renda suficiente para manter o grupo familiar, visto que não adentraram no padrão moderno de produção agropecuária. Assim, os membros da família passam a vivenciar tanto as relações de poder existenciais internas ao estabelecimento familiar, bem como as produtivistas externas a unidade de produção familiar.

A possibilidade de amenizar o fluxo migratório campo/cidade volta-se para um redimensionamento do mercado de trabalho rural, na busca de criar alternativas de geração de empregos e renda para a população rural. A presente hipótese pode ser em parte corroborada com a constatação que a manutenção de uma parte da população no campo brasileiro não ocorreu devido às atividades diretamente vinculadas à agropecuária, mas às ocupações não-agrícolas: “[...] cerca de um milhão de pessoas residentes em áreas rurais encontraram em ocupações diversas das atividades agrícolas,

novos postos de trabalho entre 1981 e 1997 no país” (GRAZIANO; DEL GROSSI, 2000, p. 2).

Observa-se que juntamente com a ascensão de novas funções no espaço rural, emerge uma nova categoria de produtor agrícola, o produtor polivalente, que, conforme Antonello, “[...] mantêm uma pequena exploração agrícola conjugada com uma atividade externa principalmente não agrícola, configurando a ‘pluriactivité’ (pluriatividade)” (2001, p. 91). A duplicidade de funções que o agricultor assume pode propiciar a conjugação de duas rendas, uma intra e outra extra-agrícola, assim a soma de ambas permite a reprodução do grupo familiar inserido em uma pequena propriedade rural. Para Kayser “A pluriatividade, resulta da lógica de inserção das famílias agrícolas no desenvolvimento contemporâneo, e permite a recomposição do jogo de estratégias familiares através da diversificação dos papéis profissionais” (1989, p. 101).

Observa-se que a penetração capitalista no espaço rural, subverte e reorienta a organização do trabalho intraunidade de produção agropecuária, subsecutivamente provocando uma reorganização socioespacial com o desenvolvimento de um mercado de trabalho não agrícola no espaço rural. Concomitantemente, o trabalho revela-se sob a forma de trabalho abstrato para os membros da família, que se tornam assalariados, vendedores de sua força física, ou seja, o dispêndio de sua energia física e mental não tem com resultado sua sobrevivência direta, mas indireta, mediante o dinheiro. A transmutação do trabalho em valor de troca subentende que “O trabalho criador de valores de troca caracteriza-se pelo fato das relações sociais entre as pessoas se apresentarem por assim dizer como que invertidas, como uma relação social entre as coisas” (MARX, 1988, p. 37).

Voltando-se o olhar para na realidade rural dos países de capitalismo avançado, percebe-se que a completude do modelo de desenvolvimento econômico pautado na racionalidade capitalista gerou uma reorganização socioespacial rural, na qual a “pluriactivité” é um fenômeno constante, logo há uma tendência declinante no número de empregos essencialmente agrícolas. Por exemplo, na França, a porcentagem de ocupações especificamente agropecuárias passou de 8,8%, em 1980, para 4,2% em 2000, enquanto que as atividades ligadas ao setor de prestação de serviços passaram de 58,08% para 73% no mesmo período (DOLLÉ, 2004).

Nesse sentido, a pesquisa prospectiva da França rural para 2020 realizada pela DATAR - Délégation à l'aménagement du territoire et à l'action régionale - identificou um crescimento do emprego no espaço rural, contudo voltado para atividades não agrícolas e conclui que "La croissance de l'emploi rural compense désormais la chute de l'emploi agricole", todavia, "Em revanche, la part de l'emploi en milieu rural reste inférieure à son poids démographique. Alors qu'un français sur quatre reside dans le rural, seul un cinq y travaille". (2007, p.15). Essa questão vincula-se as transformações processadas no espaço rural francês, as quais promoveram o surgimento de outras funções para este espaço que não estritamente agrícola, uma vez que a agricultura perde força na economia e no emprego nacional. Conforme o estudo da Datar: "Quatre fonctions définissent aujourd'hui les territoires ruraux. Outre la fonction productive, ils ont une fonction résidentielle, une fonction récréative et touristique, et une fonction environnementale." (2007, p.10).

Evidentemente, o processo de desenvolvimento de um padrão moderno de produção agropecuária, nos países de capitalismo avançado, ocorreu em um contexto histórico diferente do brasileiro. Contudo, tal padrão não pode ser negligenciado pelos pesquisadores dos países de capitalismo periférico ou semiperiféricos, pois os avanços tecnológicos não têm fronteiras para os empreendimentos capitalistas, particularmente com a mundialização do capital, na qual impera a dominância do capital financeiro. Destarte, as funções não estritamente produtivas agrícolas presentes no espaço rural francês já fazem parte da realidade do espaço rural brasileiro com o desencadear das atividades não agrícolas neste espaço como foi enfocado anteriormente.

Pode-se considerar que as perspectivas futuras de trabalho no espaço rural será a formação de um mercado de trabalho caracterizado por ocupações voltadas, em grande escala, para atividades não agrícolas. No caso das agrícolas diferentemente das antigas, ressurgem assentadas em um padrão de profissionalização, ou seja, o próprio agricultor assume um caráter profissional, buscando uma formação para um melhor desempenho na esfera produtiva. Por exemplo, em relação às transformações sofridas no espaço rural francês:

[...] a ascensão da geração de “profissionais agrícolas” é resultante do processo de seleção dos incluídos e dos excluídos dessa categoria, adotado conscientemente pelo Estado, pois, ao mesmo tempo em que coloca em prática mecanismos indiretos (pesquisa e difusão de tecnologia), dispõem de mecanismos diretos de seleção, como: sistema de aposentadoria, encorajamento para abandonar a atividade. (ANTONELLO, 2004, p. 151)

Conquanto esse processo fomenta no espaço rural, no caso francês, a presença de profissionais agrícolas, uma vez que a racionalidade capitalista constitui-se um germe de desestruturação das técnicas e formas tradicionais de produção mediante “[...] la professionnalisation du travail agricole” (CERF; LENOIR, 1987, p. 97).

Nesse processo de transformações socioespaciais os autores Mudler e Laurent (2007) buscam compreender as mudanças na agricultura francesa a partir das formas de flexibilização colocadas em prática pelos produtores como estratégia de sobrevivência perante a racionalidade capitalista, pois os autores defendem que “La flexibilité du travail est au cœur des débats concernant les transformations de la production et du travail” (2007, p. 1). A base teórica de Mudler e Laurent (2007) encontra-se nos pressupostos defendidos por Mercure (1997, p.32) ao distinguir “[...] quatre formes de flexibilité: technique, fonctionnelle, financière et numérique”.

Considera-se que a partir dessas formas de flexibilização é possível apreender a dinâmica do “mundo do trabalho” no espaço rural sob o comando da racionalidade do capital. Assim, cabe esclarecer que a flexibilidade funcional (flexibilité fonctionnelle) proporciona uma maior disponibilidade de tempo ao liberar o agricultor de determinadas funções do processo organizativo do trabalho interno ao estabelecimento agrícola, no entanto exige um novo perfil deste produtor, ou seja, o produtor polivalente como foi ressaltado nas análises de Kayser (1989) e Antonello (2001). Tal fato subentende que o produtor irá assumir várias funções tanto internamente a propriedade com externamente, o que se traduz na agricultura em tempo parcial, bem como em um trabalhador parcial extra-estabelecimento. Elucida-se que a disponibilidade de tempo que o produtor adquiriu atrelar-se à flexibilidade técnica (flexibilité technique), a qual corresponde o avanço da ciência e da tecnologia na base produtiva rural, tal fato proporciona a possibilidade de liberação de membros da família e mesmo de

empregados, ao serem substituídos pelo maquinário, assim é colocada em prática a flexibilidade numérica (*flexibilité numérique*).

Esse fenômeno atinge diretamente a estrutura do trabalho familiar, pois membros ativos do grupo familiar buscam no mercado trabalho outra ocupação, particularmente, afeta um dos cônjuges. Por exemplo, no espaço rural francês 23,2% dos cônjuges trabalhavam externamente a agricultura em 1990, passando para 32% em 1995 (MUNDLER; LAURENT, 2007). Esse movimento interno de liberação da mão de obra na exploração agrícola liga-se a flexibilização numérica que se refere à possibilidade de disponibilizar da mão de obra em função da demanda da produção, entra em cena o contrato temporário de trabalho. Por conseguinte, essas formas de flexibilidade são regidas pela a flexibilidade financeira (*flexibilité financière*) que engloba toda a prática que visa à compensação entre o custo e o rendimento (lucro) da produção e pode atingir todas as esferas da produção desde que seja necessário conforme se impõem às condições do mercado.

Observa-se que essas quatro formas de flexibilização não se excluem mutuamente, bem como, necessariamente não são colocadas em prática de forma simultânea, já que são mobilizadas logo que se apresentam as necessidades colocadas pela conjuntura, especialmente do mercado.

Nesse sentido as mudanças no “mundo do trabalho” como o aumento significativo de postos de trabalho ligados a outras atividades não agrícolas encontra-se advinculado à recomposição territorial desencadeada pela modernização e racionalização da atividade agropecuária conduzida pela lógica do capital. A partir dessa lógica que adentra na produção agropecuária as formas de flexibilização.

O intuito de trazer à tona a realidade de um país de capitalismo avançado encontra-se no fato que a essência da racionalidade capitalista perpassa a lógica de reprodução do capital onde quer que este se encontre. Uma vez que, o conhecimento de uma realidade comandada por tal lógica proporciona uma compreensão da totalidade do atual processo de reorganização socioespacial rural.

Ao se voltar para a realidade brasileira, pode-se tomar, por exemplo, o estudo realizado no município de Piracicaba/ SP, no qual se faz sentir a força do capital, ao se encontrar cristalizado o “meio técnico-científico-informacional”. A materialização da

ciência e da tecnologia no espaço rural de Piracicaba fomentou mudanças na estrutura do mercado de trabalho, a mesma pode ser observada a partir dos seguintes dados: a taxa de participação no emprego total foi reduzida na indústria de transformação, passando de 45,59%, em 1986, para 27,69% em 1999, foi ampliada no setor de serviços de 23,37%, em 1986, para 76% em 1999, na agropecuária, a taxa de participação sofreu redução, no período de 1986 a 1999, de 1,38% para 0,97%, respectivamente (CORRÊA; TERCI; PERES, 2004, p.364). Tal estatística demonstra que a reestruturação do mercado de trabalho caminha por trilhas comuns independente das fronteiras nacionais, já que é aberta e comandada pela lógica capitalista.

Cabe frisar que o desenvolvimento da lógica capitalista é marcado pela contradição. Dessa forma, apesar do intenso ritmo do processo de modernização experimentado pela agricultura brasileira, isso não se espalhou de forma homogênea no espaço rural. Ao contrário, o quadro gerado é de aprofundamento dos desequilíbrios regionais e intrarregionais, com a persistência, no país, de um padrão de desenvolvimento geograficamente desigual, em termos de produção, de tecnologia e, sobretudo, de qualidade de vida. Ou seja, a marca de tal lógica no território é de uma reorganização socioespacial rural que assume a forma de “completude-incompleta”.

Esse padrão de desenvolvimento torna-se visível nos estudos desenvolvidos sobre as possibilidades de geração de ocupação agrícola e não-agrícola no espaço rural da Região Nordeste. Por exemplo, pesquisa realizada no estado da Bahia esclarece a presença de dois modelos de organização socioeconômica no espaço rural bahiano, um denominado de “novo mundo rural desenvolvido” e outro designado “novo mundo rural atrasado”, o primeiro pode, em função das condições de desenvolvimento, gerar ocupações e renda não-agrícolas, contudo, não subentende pleno emprego para a totalidade da mão-de-obra rural. O segundo, encontra-se alicerçado em uma agricultura “menos competitiva”, visando à reprodução do grupo familiar agrícola, cuja tecnologia não se apresenta de forma determinante. Em síntese, o autor coloca que: “[...] de maneira geral, o trabalho agrícola parece manter sua preponderância, tanto nas áreas rurais de agricultura mais desenvolvida quanto em áreas cuja agricultura é intrinsecamente rudimentar” (SCHMITZ, 2004, p. 75).

O processo de territorialização do capital, na realidade brasileira, traz a marca da desigualdade e sofre os percalços de sua posição periférica na divisão internacional do trabalho. Isso fica claro na postura do Estado brasileiro que nunca assumiu o papel de gestor das transformações territoriais, delegando ao capital e aos seus interesses essa função. O resultado é a relação direta observada entre o aumento do grau de desigualdade da distribuição da renda no setor agrícola e o processo de modernização da agricultura. Portanto, os benefícios da modernização não eliminaram as disparidades socioeconômicas do espaço rural, pelo contrário as aprofundou.

Considerações finais

A partir da análise precedente não é possível escamotear a reorganização socioespacial rural, mas sim buscar apreender as transformações que estão em marcha desde os primórdios da modernização no agro nacional, as quais poderão ser compreendidas, na contemporaneidade, via a obtenção do perfil do mercado de trabalho presente no espaço rural, o qual se liga a racionalidade capitalista presente no processo produtivo agrícola. Ressalta-se a necessidade de desenvolvimento de pesquisas circunscritas espacialmente, em função do desenvolvimento geograficamente desigual que permeia a lógica do capital ao criar e recriar o espaço conforme o seu interesse. Ou seja, a divisão territorial do trabalho torna-se mais densa onde se encontra materializado o meio técnico-científico-informacional. Sem tal meio, os espaços tornam-se “opacos”, não apresentando condições materiais e imateriais para atrair atividades intensivas em capital, como as industriais, não propiciando o florescimento de um mercado de trabalho denso.

Para se pensar o planejamento e a gestão territorial do espaço rural, é necessário levar em consideração as possibilidades de se criar condições materiais e imateriais visando à constituição de um mercado de trabalho que consiga absorver a população, eliminada gradativamente, com o processo de transformação colocado em prática mediante o avanço tecnológico. Nesse sentido, salienta-se o alerta dado por Del Grossi e Laurenti, a partir da pesquisa realizada para o Brasil, que se constitui na necessidade de

desenvolvimento de pesquisas de base local, ao ressaltarem que “[...] as dissimilaridades regionais, detectadas neste relatório, não autorizam a elaboração de uma agenda uniforme de políticas públicas voltadas ao fomento da expansão das atividades não-agrícolas no meio rural” (1999, p. 3).

Acredita-se na importância da realização de investigações direcionadas para o mercado de trabalho, buscando compreender o processo de redimensionamento na constituição do mercado de trabalho no espaço rural. A obtenção do perfil do mercado de trabalho, presente no espaço rural, surgido com a territorialização do capital proporcionará uma base estatística e técnica para apoiar os planos e a gestão do território, ou seja, das políticas públicas. O redimensionamento do perfil do mercado de trabalho atinge diretamente as estruturas sociais rurais acarretando problemas socioeconômicos que abrangem a população economicamente ativa agrícola, no momento em que a modernização da base técnica produtiva torna esses trabalhadores desnecessários. Tal fato redundando no êxodo rural contínuo para os grandes centros urbanos, ou mesmo para as pequenas cidades que posteriormente avança para as maiores, este último fenômeno está se tornando significativo no Brasil, com a alteração nos fluxos de migrações internas. Entretanto, na sua essência o movimento populacional em direção ao espaço urbano tem ligação estreita com a exigüidade das possibilidades apresentadas pelo mercado de trabalho no espaço rural o que não propicia às condições materiais de existência necessária para manutenção da população no seu local de origem, por conseguinte, aprofundam-se as sequelas sociais nas cidades e no campo, desencadeando-se uma reorganização socioespacial.

Nesse contexto, apreender as mudanças na constituição do mercado de trabalho apresenta-se como fundamental para aplicação de políticas de desenvolvimento voltadas para atividades não especificamente agrícolas, ou agrícolas advinculadas aos pequenos produtores, proporcionando a manutenção da população em seu lugar de origem.

Notas

¹ Os pontos fundamentais que caracterizam o agronegócio voltado para a produção agropecuária são: grandes estabelecimentos agropecuários, presença de tecnologia na base produtiva, utilização mínima de trabalho humano. (Majores detalhes ver GIRARDI; FERNANDES, 2005).

² A afirmação de Leontief reforça a inevitável substituição do homem pela máquina ao colocar que “[...] le rôle des humains em tant que principal facteur de la production est condamné à diminuer, de la même manière que celui des chevaux dans la production agricole fut d’abord réduit, puis finalement éliminé par l’introduction des tracteurs”. (Apud: RIFKIN, 1997, p.24).

³ Nesse ponto sobressai a questão da exigência de qualificação para o trabalhador rural, isto é, está em marcha o processo de profissionalização do trabalho agrícola. Esse processo é corroborado com a seguinte afirmativa “O processo de mecanização exige um novo perfil do trabalhador rural, pois a operação das máquinas agrícolas exige cada vez mais preparação dos operadores” (GIRARDI; FERNANDES, 2005, p.10).

⁴ O estudo realizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social revela a seguinte situação das ocupações agrícolas no estado do Paraná: “No que se refere à distribuição setorial da ocupação, verifica-se que mantendo tendência de décadas anteriores, a ocupação agrícola apresentou forte redução. Com eliminação de 334 mil postos de trabalho”. (IPARDES, 2006, p.48)

Referências

ANTONELLO, I.T. **A metamorfose do trabalho e a mutação do campesinato**. Aracaju/Sergipe: NPGE/UFS, 2001.

_____. Ascensão do “profissional agrícola” no espaço rural francês. **Geografia**, Rio Claro, v. 29, n. 2, p. 145-157, mai. /ago. 2004.

CERF, M; LENOIR, D. **Le développement Agricole en France**. Que sais-je? Paris:Presses Universitaires de France, 1987.

CORRÊA, A. M. C. J; TERCI, E.T; PERES, M. T.M. Ocupação e renda da população rural de Piracicaba, SP: estudo de caso no Bairro de Anhumas. In: CAMPANHOLA, C; GRAZIANO, J. da Silva (Editores técnicos). **O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais**. Brasília: EMBRAPA, vol. 5, cap. 9, 2004, p.357-401.

DATAR - Délégation à l’aménagement du territoire et à l’action régionale. **Quelle France rurale pour 2020. Contribution à une nouvelle politique de développement rural durable**. Disponível: < www.datar.fr.> Acesso em: 20 de outubro de 2007.

DEL GROSSI, M.E. Transformações no meio rural paranaense. In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34, 1996, Aracaju. **Anais do Congresso de Economia e Sociologia Rural...** Aracaju: SOBER, 1996, p. 51-70.

DEL GROSSI, M. E; LAURENTI, A. **A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não agrícolas nas áreas rurais do Brasil.** Disponível:<www.eco.unicamp.br/projetos>. Acesso em: 28 de novembro de 1999.

DOLLÉ, Michel (org.) et al. **La longue route vers l'euro.** Disponível: <www.ladocumentation.francaise.fr>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2004.

GIRARDI, E.P; FERNANDES, B.M. **Territorialização da produção da soja no Brasil.** Disponível em: www.2prudente.unesp.br . Acesso em: 31 de outubro de 2005.

GRAZIANO, J da Silva. **O Novo Rural Brasileiro.** Disponível: <www.eco.unicamp.br/projetos>. Acesso em: 10 de dezembro de 1996.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas/SP: UNICAMP, 1996.

GOODMAN,D; SORJ, B; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias. Agricultura e Indústria no Sistema Internacional.** São Paulo: Campus, 1990.

GROS, Cristian. **Marché du travail production paysanne et agriculture capitaliste.** Paris: IHEAL, 1987.

KAYSER, B. **La renaissance rurale.** Paris: Armand Colin, 1989.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço.** São Paulo: Nobel, 1988.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná – Diagnóstico social e econômico.** Disponível em www.ipardes.gov.br . Acesso em: 30 de maio de 2006.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Os economistas, 3ªed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MENDRAS, H. **La fin des paysans. Suivi d'une réflexion sur la fin des paysans ving ans après.** Paris: BABEL, 1992.

MERCURE, Daniel, Les formes de la flexibilité. **Sciences Humaines**, Paris, n°. 78, p. 32-35, décembre 1997.

MOREIRA, J. R. Configurações de poderes urbanos-rurais: Fragmentos de discursos e práticas. IN: **XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2006, Rio de Janeiro. Anais ... RJ:UERJ, 2006, p.1-23. CD ROM.

MUNDLER, P.; LAURENT, C. Flexibilité du travail en agriculture: méthodes d'observation et évolutions en cours. Disponível em: www.ruralia.revues.org.fr. Acesso em: 07 de julho de 2007.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

POZO, Ethel Del. **Organisations payannes et indigines em Amérique Latine**. Paris: Éditions Charles Léopold Mayner, 1997.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIFKIN, J. **La fin du travail**. Paris: La Découverte, 1997.

_____. **Le siècle biotechnologie le commerce des genes dans le meiller des mondes**. Paris: La Découverte, 1998.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. SP: Editora Expressão Popular, 2007.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 3°ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHEIDER, S; RADOMSKY, G.F.W. **A pluriatividade e as transformações do mercado de trabalho gaúcho: estudo de caso no município de Barão, RS**. In: CAMPANHOLA, C; GRAZIANO, J. da Silva (Editores técnicos). **O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais**. Brasília: EMBRAPA, vol. 5, cap. 7, 2004, p.263-321.

SCHMITZ, A. P. Caracterização regional da mão-de-obra rural: uma avaliação possível. In: CAMPANHOLA, C; GRAZIANO, J. da Silva (Editores técnicos). **O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais**. Brasília: EMBRAPA, vol. 3, cap. 9, 2004, p.71-112.

SOJA, E.W. Uma concepção materialista da espacialidade. In: BECKER, B.K (Org.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988, p.55-65.

SOUZA, M. **Caracterização e evolução das ocupações de pessoas e de famílias agrícolas e rurais no contexto paranaense: uma análise a partir dos dados das PNADs**. Disponível: <www.eco.unicamp.br/projetos>. Acesso em: 28 de novembro de 2000.

WELLER, Jüger. El empleo rural no agropecuario en el Istmo Centro Americano. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n°62, p. 75-91, agosto 1997.

***Recebido em 14/05/2010**

Aceito para publicação em 28/01/2011